

ECOPOLÍTICA

copyright Hedra
edição brasileira© Hedra 2019
primeira edição Primeira edição
coordenação Edson Passetti
edição Jorge Sallum
coedição Felipe Musetti
assistência editorial Luca Jinkings e Paulo Henrique Pompermaier
capa Lucas Kröeff
ISBN 978-85-7715-609-2
corpo editorial Adriano Scatolin,
Antonio Valverde,
Caio Gagliardi,
Jorge Sallum,
Oliver Tolle,
Renato Ambrosio,
Ricardo Musse,
Ricardo Valle,
Silvio Rosa Filho,
Tales Ab'Saber,
Tâmis Parron

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Direitos reservados em língua portuguesa somente para o Brasil

EDITORA HEDRA LTDA.
R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)
05416-011, São Paulo-sp, Brasil
Telefone/Fax +55 11 3097 8304
editora@hedra.com.br
www.hedra.com.br

Foi feito o depósito legal.

Edson Passetti é professor livre-docente no Departamento de Política, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária, <www.nu-sol.org>) da PUC-SP. Foi o coordenador do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências*. Contato: passetti@matrix.com.br.

Acácio Augusto é professor no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-Unifesp) e pesquisador no Nu-Sol. Contato: acacioaugusto1980@gmail.com.

Beatriz Scigliano Carneiro é consultora no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Socioambientais da Amazônia – NEPPS, da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e pesquisadora no Nu-Sol. Contato: bmscarneiro@uol.com.br.

Salete Oliveira é professora aposentada no Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisadora no Nu-Sol. Contato: saletemagadadeoliveira@gmail.com.

Thiago Rodrigues é professor Associado no Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos do mesmo Instituto e pesquisador do Nu-Sol. Contato: trodri-gues@id.uff.br.

Ecopolítica: A emergência da ecopolítica está sintonizada com o fim da II Guerra Mundial e com as institucionalizações internacionais subsequentes. O alvo principal dos governos é o planeta, visando recuperar sua vida degradada e a conservá-lo de modo sustentável, em benefício das futuras gerações. A ecopolítica pressiona os regimes políticos para a democracia em sintonia com a racionalidade neoliberal. A ecopolítica pretende dar conta não só do governo da espécie humana, mas dos viventes na Terra e projetados para o espaço sideral. Novas resistências são produzidas.

Sumário

Proveniências e a emergência da ecopolítica	7
ECOPOLÍTICA	13
O mundo mudou?	15
Vida outra	27
Considerações	45
Percursos	73
O meio e o ambiente	111
O dispositivo meio ambiente	149
Segurança planetária	187
O dispositivo diplomático-policia	219
O dispositivo monitoramento	259
Penalizações a céu aberto, nova política e antipolítica	299
Direitos e o dispositivo resiliência	335
Ecopolítica: poder em fluxo e política	359
Ecopolítica, governamentalidade planetária e resistências	385
Bibliografia	427
Agradecimentos	455
Índice Remissivo	457
Índice onomástico	469

Proveniências e a emergência da ecológica

Um dia no Nu-Sol (Núcleo e Sociabilidade Libertária, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP), olhamo-nos firmes. Naquele girar de olhos e pálpebras, piscando suavemente, estava marcado o começo da elaboração de um projeto que respondesse aos nossos incômodos libertários. Era preciso produzir um projeto de pesquisa que falasse do nosso tempo, dos espaços modificados, da intensidade libertária presente desde 1968, redimensionada em 1999 com o movimento antiglobalização e que ganharia outras dimensões inéditas. Era 2008.

A ampliação de práticas democráticas sincronizadas com a racionalidade neoliberal também nos apontava para algo que mudara na biopolítica. As leituras da obra de Michel Foucault, e mais do que elas, as sugestões do filósofo-historiador francês para se perseguir outros percursos, ataçavam para enfrentar a nova situação planetária na qual a Terra, seus viventes e o espaço sideral passavam a ser o alvo da gestão governamental.

Uma nova governamentalidade se disseminava. Estados Nacionais se redimensionavam em União de Estados; os mercados criados no pós-II Guerra Mundial se ampliavam; a democracia liberal levava de roldão o socialismo autoritário ou o submetia; as práticas democráticas e de participação entraram nas relações econômicas, sociais, culturais, familiares e pessoais. A Internet apareceu, e a programação eletrônica por interfaces diplomáticas redimensionou e inovou. Novas institucionalizações começaram a ocorrer, tendo nas Nações Unidas um ponto de inflexão e difusão que produziu, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), atingindo resultados cada vez mais satisfatórios aos seus propósitos, voltados a encontrar *melhores* condições de vida para os chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O grande encontro conhecido como *Rio 92* ultrapassava os limites das intenções e da retórica.

Estas constatações nos levaram anos antes a iniciar alguns breves estudos sobre o que seria a passagem ou a transformação da biopolítica para a ecológica. O governo da espécie (a população) agora não era mais algo preferencial às políticas de Estado e muito menos ao governo do planeta.

Avizinhava-se a busca das proveniências de uma governamentalidade compartilhada, sustentável e produtora de uma governança *global*. Todos estão convocados a participar de *melhorias* no planeta para o futuro das novas gerações. De certa maneira, essa governamentalidade depende dos princípios de economia política revisados pelos neoliberais e que equacionaram a mutação da força de trabalho em capital humano. Qual maneira? Buscá-la em suas variedades foi o modo como nos interessamos pelo que há de mais caro à anarquia e aos anarquismos: a produção de resistências. Neste campo especial, compreender os redimensionamentos de territórios, gestões do Estado e das pessoas com suas condutas e contracondutas, assim como a inquietação e os alertas, seja relativos à energia nuclear de uso pacífico e violento na segunda metade do século passado, seja os atuais, relativos ao clima. As lutas ecológicas alteraram as relações com o meio ambiente.

Como situar essas relações de poder que ultrapassavam os consagrados territórios soberanos? Por eles, a ONU absorvia os fluxos de discussões abertas que ocorriam em ONGs, fundações, institutos e organizações empresariais, que produziam fóruns e conferências, dinamizando práticas democráticas e consagrando a racionalidade neoliberal, por meio de regulamentações internacionais. Se a guerra era a política prolongada por outros meios (Clausewitz), ou se a política era a guerra prolongada por outros meios (Foucault) — assim as conhecemos com o Estado-nação e com as mais diferentes implicações provocadas por cada uma delas —, também nos interessava situar como na produção absorvente de fluxos democráticos se produz a política atual. E discutir a política contemporânea exige revirar os dispositivos de segurança e, por conseguinte, a liberdade liberal fundada em sua própria segurança, as situações de guerra e a de polícia interna.

A entrada decisiva dos componentes computo-informacionais não só acionou um regime de comunicação contínua, como tornou mais evidente que as mudanças que ocorriam levavam a institucionalizações inacabadas, que se repartiam em outros fluxos, absorviam contracondutas, minimizavam resistências. Para essa sociedade de controle, como sucintamente descrevera o filósofo Gilles Deleuze, diferentemente da disciplinar, a vigilância não era mais suficiente. Essa propagação de controles gerou monitoramentos não só eletrônicos, mas de condutas por cada indivíduo. Mas seriam ainda indivíduos, como supõe o liberalismo, ou mesmo a tradição marxista? Algo nos dizia que Nietzsche tinha acertado em situar que em

nossa sociedade o que há são divíduos. Como são, como se relacionam, quais práticas produzem e como se ajustam à conduta democrática de capital humano inovador? E, diante disso, o que poderíamos esperar das resistências, posto que desde o acontecimento 1999 foi possível compreender as capturas de lideranças e agentes de contestação no fluxo de participação democrática? Quais resistências se prolongariam, o que a *multidão* redireciona, para onde levam as novas práticas, reconhecidamente derivadas da história política das práticas anarquistas? E o que mais surpreendia, e permanece surpreendendo, é como as condutas penalizadoras cresceram. Elas, apesar de não exigirem mais as instituições austeras de outrora como as prisões, os manicômios, os internatos — apesar de não se apartarem delas —, encontraram novos fluxos punitivos penalizadores a céu aberto. Monitorar a tudo e a todos passaria a ser a segurança de cada um para um futuro melhor?

No meio disso tudo, nunca se tinha vivido a proliferação de direitos como depois de 1968. É interessante notar como o acontecimento 1968 produziu a emergência das minorias no plano político, muitas vezes libertas de partidos políticos e sindicatos, e como as instituições, até então capazes de absorver movimentos sociais, também lhes deram visibilidades sociais, culturais e pessoais (consolidando, assim, a dimensão das práticas dividuais). Para nós, durante a elaboração do projeto de pesquisa, os direitos de minorias, para além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como um marco de liberdade liberal, serviam, paradoxalmente, para criticar os regimes autoritários nos anos 1980, anteriormente consolidados com o imperativo capitalista, o socialismo autoritário, e proporcionar uma revisão urgente nas práticas intervencionistas. Para os libertários sempre é importante discernir entre minoria numérica, voltada para compor com governos majoritários, e minorias potentes capazes de inventar liberdades. A pleora de direitos de minorias ajustou a participação de cada divíduo e deixou claro que nessa sociedade a convocação à participação se tornou referência para as condutas econômicas, sociais, culturais e pessoais. Ela traria consigo uma nova figura, a do portador de direitos?

A programática sustentável que se espalhava pelo planeta e que mapeávamos durante a primeira década dos anos 2000 exigia detalhamentos, como situar as forças em luta e a produção de documentos desse arquivo planetário ONU. E assim caminhamos por esse arquivo imenso e inacabado no qual sobressaíam as Metas do Milênio para o período 2000–2015, e perscrutávamos o que viria após sua finalização inacabada. A resposta

apareceu em 2014, com a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quando, pela primeira vez, a ONU deixou de demarcar em seus investimentos a distinção entre desenvolvidos e subdesenvolvidos/em desenvolvimento. A sustentabilidade passou a ser uma meta para todos os Estados, povos, etnias, minorias numéricas e indivíduos. Não foi de estranhar o novo acontecimento planetário 2011, já durante o primeiro ano da pesquisa, e muito menos os brasileiros, em *junho de 2013*. Na Grécia, em 2008, as práticas libertárias os anunciavam.

Ecopolítica é um livro resultante destas inquietações que encontram em outros pesquisadores e libertários modos distintos de enfrentar a racionalidade neoliberal, muitas vezes como ideologia. Não se trata de vê-la como disciplina de conhecimento específica, nem como a utopia após o antropoceno. Nossa contribuição aos resistentes é a do convite a cartografias que inventem liberdades, portanto uma *ação direta*. Diante da insistente naturalização das desigualdades, hoje em dia pacificadas e unificadas em torno do pluralismo democrático, seguindo o poeta popular, “é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar”, mas que o ar está antes e depois do copo, que é combustão para o fogo que arde, evapora e cai como chuva, às vezes ácida, que produz transbordamentos de rios nessa Terra que sempre treme e tremerá, trazendo terremotos e maremotos, porque seu núcleo vivo e pulsante é composto do magma, assim como nós somos uma certa ebulição sanguínea e nervosa.

A genealogia do poder vai ali onde parece que tudo começa com a grandiloquência dos atos inaugurais da cultura. Tudo começa na criança e, por isso, em nossa cultura, ela é o objeto primordial de investimentos em condutas que pretendem forjar identidades, crenças, fé, a situação do *mundo*, e educá-la a se adequar a limites por meio de castigos e recompensas. Hoje, nem tanto ou de outra forma, pois dela também se espera que participe na família, na escola e na comunidade, seja portadora de direitos inacabados e acredite no futuro *melhor*. Um jeito democrático, inclusivo, responsável de torná-la um eficiente capital humano. Se no passado os lados do triângulo equilátero herdado da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade) orientaram governos e as empolgantes e decepcionantes revoluções, hoje um quadrado perfeito se forma com o acréscimo do amor. É preciso amar a todos, ao planeta, aos seus deuses, de preferência ecumenicamente, aos superiores e aos inferiores, em função de uma cultura de paz que se consolide, com mais qualidade de vida e redutores-protetores de vulnerabilidades. Tudo como quer a produção capitalista sustentável (e, porque não

dizer, as alternativas) e a liberdade liberal. O ideal de revolução herdado da França do século XVIII cedeu lugar ao ideal democrático estadunidense do mesmo século. O rodízio capitalista estará preservado. Até quando?

Ecopolítica

O mundo mudou?

O mundo não é mais o mesmo. Os filhos da geração da II Guerra Mundial ouviram de seus pais a constante surpresa com as mudanças no mundo: poderíamos desaparecer como espécie depois das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki. Como escapar da morte não mais pela grande guerra, nem por uma vontade política de governos e cidadãos contra outros povos, como pretendeu o nazismo?

A guerra e o seu final anunciavam relações mais livres com o sexo, era cada vez mais visível uma disponibilidade maior do mercado em absorver as mulheres, e já se falava, entre paredes, da presença homossexual no interior das famílias.

O mundo mudara mesmo, o socialismo poderia se fazer global e os democratas se mostravam apreensivos. Vivíamos na América do Sul uma nova era que imprensa e analistas caracterizavam como populismo, uma certa conexão entre interesses burgueses e operários em função do desenvolvimento.

Havia uma obsessão pelos meios para sairmos do subdesenvolvimento. A crença na escola para todos estava estampada nas casas para que a vida dos filhos se tornasse menos dura, e fosse possível uma ascensão social mais elástica pelo acesso dos filhos dos operários ao trabalho intelectual.

O mundo mudava rápido com a televisão e com a busca de outra vida no espaço sideral. Ao sair desse mundo terreno para o espaço celestial, estaríamos infringindo o governo de Deus que olha para todos do alto e nos vê em qualquer canto? Se o “homem” fosse para o espaço ele nos veria também lá do alto com equipamentos que poucos desconfiavam existir.

Um dia, em 1961, o astronauta soviético Yuri Gagarin viu a Terra lá do alto e simplesmente relatou: “a Terra é azul”. Ele confirmou todas as evidências da física relativas à incidência dos raios solares sobre a superfície do planeta. Mostrou que o tom azul celestial tão comum nas imagens dos santos era mais que a vontade de cor de Deus, que o céu poderia ser para *todos* e que a escuridão da noite era mais que um tapete de estrelas ornado

pelo luar. Olhar para o firmamento era um pouco mais do que o caminho para o paraíso. Em 6 de maio de 1970, Ernst Stuhlinger, diretor de ciência do Centro de Voo Espacial Marshall da NASA respondeu à carta da irmã Mary Jucunda, freira missionária em Zâmbia, antiga Rodésia do Norte, colônia inglesa, que questionava o gasto de dinheiro com o projeto de missão tripulada a Marte com tantas crianças morrendo de fome na África. Stuhlinger enviou com sua resposta a foto conhecida como “Nascimento da Terra”. Esta carta ficou tão famosa que foi publicada pela NASA como “Por que explorar o espaço?”. Ao endossar os argumentos da missionária, o diretor de ciência sublinha a importância da ocupação do espaço sideral. Mais do que isso, mostra uma das proveniências do redimensionamento prioritário do interesse no planeta:

Há grandes extensões de terras que poderiam ter um aproveitamento muito melhor com métodos eficazes de controle de drenagem, uso de fertilizantes, previsão do tempo, estimativas de fertilidade, plantio programado, seleção do solo, hábitos de plantio, época de cultivo, inspeção de plantação e planejamento de colheita. A melhor ferramenta para aprimorar todas essas atividades é, sem dúvida, o satélite artificial da Terra. (...) Maior produção de alimentos graças a dados colhidos por satélites e melhor distribuição de alimentos graças a boas relações internacionais são apenas dois exemplos do profundo impacto que o programa espacial terá sobre a Terra. Eu gostaria de mencionar mais dois exemplos: o estímulo ao desenvolvimento tecnológico e a geração de conhecimento científico. (...) Precisamos de mais conhecimentos em física e química, em biologia e fisiologia e, principalmente em medicina para lidar com todos os problemas que ameaçam a vida humana: fome, doença, contaminação de alimento e água, poluição do meio ambiente. (...) [A Terra] será melhor, não porque usaremos todo o nosso conhecimento tecnológico e científico para melhorar nossas condições de vida, mas também porque estamos chegando a um apreço muito mais profundo por nossa Terra, pela vida e pelo homem (Usher, 2014: 206–209).

Para um menino e uma menina aqui embaixo olhando para o céu havia apenas a imagem refletida da nossa bola, a mesma bola de futebol que traduzia em gols as vitórias de uns artistas subdesenvolvidos. O Brasil era o campeão mundial na Europa e no ano seguinte seria o bicampeão mundial.

O mundo era a Terra e nele qualquer um poderia ser campeão ao ascender socialmente no capitalismo ou encontrar a igualdade no socialismo. Parecia até que tudo se encontrava em sínteses dicotômicas ultrapassáveis: capitalismo-socialismo, democracia-socialismo, Europa-Américas, subdesenvolvido-desenvolvido, céu e Terra. Não, não era tão simples, mas

parecia simples. Bastava ter vontade. Ingenuidade de crianças e jovens que cresciam num novo mundo de consumo e ideias, de possíveis liberdades e descrença na guerra, ainda que houvesse a guerra da Coreia e mais tarde a do Vietnã. Mas quando esta ocorreu o mundo estava em disputa acirrada: não bastava sonhar com ascensão social, e seria verdadeiro tudo que nossos avós malucos diziam sobre o socialismo na URSS e na China? O anarquismo era mesmo uma coisa do passado quando os operários viviam sua infância?

Falava-se de novas revoluções, uma delas bem pertinho de nós, em Cuba. Era possível. O chamado populismo era real. O homem no espaço era real e ainda falavam que chegaríamos à lua e que o país que lá chegasse seria o vitorioso nesta corrida. Tudo uma corrida, uma tremenda competição científica, artística, futebolística, todos querendo escola, exigindo mais e mais do Estado.

Falava-se que com a ONU teríamos definitivamente um guardião da paz e que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 nos preservaria de políticas de extinção da espécie, das torturas, traria igualdades fundamentais e nos reconheceria, finalmente, como membros da espécie humana com todas as nossas diferenças. Mas isso era uma conversa episódica nos lares ou mesmo na escola.

O Brasil era rico em riquezas naturais e isso era uma vantagem. Ensinavam que a Floresta Amazônica era o pulmão do mundo, que o rio Amazonas não era o mais extenso, mas o mais caudaloso. Porém, ele não era só do Brasil, nascia a oeste, no Peru, para desaguar no oceano Atlântico. Ele era e não era brasileiro. A geografia que aprendíamos o representava no Estado-nação e ensinavam que este era resultante da fusão harmônica de todos os povos que aqui habitavam.

Nas aulas de história, apesar de toda eloquência investida nas descobertas marítimas portuguesas e na ação filantrópica dos jesuítas, alguns de nós desconfiavam das simples constatações que essa terra brasileira era habitada por selvagens sem rei, lei e alma. A professora ficou embaraçada quando alguém perguntou como os índios viveram por tanto tempo sem rei, lei e alma antes da chegada dos descobridores. Eles não sabiam o que era o progresso que os brancos trouxeram. Assim nos educavam para compreender que o progresso vinha de fora, dos mais desenvolvidos. Então alguém sabia mais de nós que nós mesmos? Assim como os portugueses e espanhóis sabiam mais dos índios que eles mesmos? Que mundo estranho era aquele!

A escola nos ensinava a geografia e a história, como amar a língua portuguesa, nossas riquezas naturais e os governantes que eram tão inteligentes que conseguiam juntar todos os segmentos sociais crentes no futuro. O Brasil era o país do futuro. O maior do *nosso* continente, cercado de povos amigos de língua espanhola que também civilizaram os índios. E todos os demais povos eram índios integrados pelo Estado-nação aos imigrantes europeus.

Os estrangeiros sabiam colonizar, por vezes foram violentos escravizando índios e depois negros para cá trazidos porque falavam que o índio era indolente. Ouvíamos até que houvera os antropófagos, que havia pigmeus na África, que o “homem” se deslocara pelas terras desse mundo há muitos milhões de anos, que cientificamente veio do macaco e que era filho de Deus. Tudo ficava um pouco confuso. Nos primórdios éramos filhos de Deus à sua imagem, depois descendíamos evolutivamente do macaco, uns eram superiores outros selvagens e até havia os bárbaros como os nórdicos que destruíram o Império Romano, uma cultura decalcada da Grécia, e que houve a civilização egípcia, muito imponente em arquitetura e agricultura. Havia uma evolução linear e outra não tão linear, mas sempre vencia o mais forte e a guerra, mesmo sendo violenta, trazia o resultado definitivo para que a paz prevalecesse.

O mundo mudava com as guerras. Nossa civilização era a dos vencedores. Nosso Estado era dos brasileiros, mesmo que a gente pouco entendesse que o romano era romano em muitos outros territórios. Coisa do passado. Éramos americanos e nem tanto, porque americano era o habitante dos Estados Unidos. Tudo o que era moderno, da calça ao eletrodoméstico, e principalmente o automóvel e o avião, era americano. A música e os filmes modernos também eram criações da cultura americana. Os franceses gostavam de livros, os portugueses de *Os Lusíadas*, que eram coisas longas, que exigiam muito tempo de cada um e não traziam o livre divertimento moderno do rádio, da televisão e do cinema. Era para o gosto de quem tinha tempo, era para intelectuais que apreciavam a história da cultura, para a elite.

Os índios não tinham essa cultura superior, nem os escravos negros, mas o europeu a tinha, e se estudássemos muito nós teríamos possibilidade de encontrar um bom trabalho e ter tempo para ler. Ao menos os que passaram a ter o gosto pelos livros. Era preciso estudar muito para aos 14 anos ter possibilidade de encontrar um emprego melhor do que o sujo das fábricas e passar para o turno da noite na escola. Não era raro ouvir do

colega que ele queria trabalhar no banco ou no comércio. Tinha até umas meninas que diziam querer trabalhar, que achavam a vida das mães delas muito chata cuidando da casa, e alguns meninos concordavam um pouco com elas.

Tínhamos que estudar, nos preparar para o trabalho limpo e engravado ou com vestido, para constituir família, ter uma mulher ou marido e outra mãe em casa. Tudo simples assim. Alguns achavam que essa era a simplificação do que deveria ser a vida futura, normal e melhor do que a que levávamos. Quem não seguisse esse itinerário seria um operário ou um puxador de carroça, doméstica ou esposa. Mas para seguirmos esse trajeto tão claro, limpo e saudável não podíamos ser indisciplinados na escola.

Deveríamos ser obedientes. Muitos colegas eram surrados em suas casas, às vezes chegavam com marcas e alguns de nós ficávamos revoltados com os pais deles. Muitas vezes, eram eles que azaravam a aula e a professora os colocava de castigo. Eles ficavam mais revoltados e ganhavam também nossa adesão — de poucos, é verdade. A professora, a diretora, a funcionária que vigiava o recreio eram nossos alvos. Alguns partiam para o enfrentamento físico com elas ou mediam forças e atemorizavam os colegas mais passivos e conformados. E aí virava outra confusão sobre como era certo ir contra as autoridades, mas que era errado amedrontar fisicamente os colegas. Bem, isso não tinha solução.

Naquele teatro de punições e lições sobre o mundo e o Brasil, primeiro como crianças e depois como jovens, aprendemos a ser normais e, de vez em quando, indisciplinados. Às vezes, abria-se uma conversa sobre um parente doente ou louco; que os hospitais eram estranhos porque tinha ala para ricos e ala para pobres; que cabia às mães levar seus bebês nos postos de puericultura, limpar a casa e deixar os filhos limpos de banho tomado e uniforme lavado e passado para irem à escola. Tinha mãe de colega que era louca, vizinho que era louco, e às vezes diziam que tinha crianças com doença mental. Os indisciplinados, principalmente os surrados em casa, eram vistos como anormais. Tinham de ser muito bem observados para que não virassem pequenos criminosos. Um pequeno furto na sala de aula, e não foram poucos por desejo de lanche, borracha, uns trocados... era uma sessão estranha de pressão pela autoacusaçã ou delação do infrator. O resultado ia para o Livro da escola, os pais eram comunicados e o menino ou a menina eram vistos a partir de então como um pequeno ladrão ou

pequena ladra. Esperava-se que com isso as boas maçãs fossem afastadas das podres.

Aos poucos alguns percebiam que a escola era parecida com o que o pai e mãe contavam da fábrica ou do escritório. A escola também se assemelhava à casa. Mas a escola procurava se mostrar como o centro de preparação para os desvios nos lares e na sociedade, o lugar ideal, do certo, de como aprender a obedecer seguindo a didática, os zelos com o asseio, os momentos para comer, brincar e voltar a estudar. E continuar estudando em casa cumprindo todas as lições a serem feitas (no Rio de Janeiro, lição de casa é dever, e pelo menos para uns de nós essa designação era muito mais autoritária, mesmo constatando que não trazer a lição pronta ou o dever de casa cumprido repercutia nas mesmas sanções). Ensinar as crianças a obedecer e a seguir as regras para a boa formação era com que a escola contribuía para nos fazer desse mundo. Tirava-nos do mundinho da casa e da família, da vizinhança, das ruas, dos maus elementos, dos perigos e das doenças epidêmicas para preparar cada um e a todos para a vida do trabalho.

Não éramos tão tolos ou ingênuos, porque tínhamos ouvidos, pensávamos, e nos perguntávamos se todas as escolas só serviam para preparar para o trabalho futuro no mundo civilizado. Desconfiávamos que houvesse escolas para quem manda, mesmo que quase todos quisessem ter uma boa formação para mandar nos subordinados. A escola que ensina a obedecer também instrui como se deve mandar nos outros. Eram todas mais ou menos iguais. Vez ou outra entrava nas conversas o assunto universidade. Era um assunto muito raro, uma coisa distante, feita para quem gostava de ler, de estudar, ou melhor, quem gostava de ler e estudar e tinha tempo. Muitos saíam da escola para um trabalho sem registro; meninas voltavam para casa para ajudar na preparação do jantar ou cuidar dos irmãos mais novos. E ainda tinha aquele mundão de lições-deveres a cumprir.

Gostávamos de cantar as músicas do rádio, alguns tinham vitrolas e discos de música clássica (que muitos achavam chatas e longas), detestávamos as aulas de canto orfeônico e alguns, entre nós, se recusavam, em filas duplas dispostas no pátio antes do início das aulas, a cantar o hino nacional. Tinha os que se emocionavam e os que dublavam para burlar os olhos sobre nós das professoras e dos bedéis que comandavam na dianteira cada conjunto de alunos enfileirados até a sala de aula. Ali tudo recomeçava no ponto anterior, seguindo a sequência programada de ensino da língua, da aritmética, das ciências e da história e geografia.

Todos também aprendíamos a amar os símbolos da pátria e a compreender que tudo em volta era corriqueiro, normal e que qualquer situação anormal ou perigosa no país e no mundo seria solucionada pela polícia e a justiça, que o governo tinha de saber tratar dos mais diferentes e difíceis problemas, e que nós deveríamos contribuir para que a ordem sempre fosse mantida: ordem e progresso como estava na faixa da bandeira do Brasil que tinha o verde das florestas (sim, da Amazônica e das matas), o amarelo do ouro mineiro e do sol, o azul do firmamento e o branco da paz, tudo integrado na bandeira. E como ela era linda! Ninguém nos ensinava que as cores significavam outra coisa: o verde era cor da Casa Real dos Bragança e o amarelo da Casa dos Habsburgo e, por isso, a bandeira da República era quase igual à do Império.

O mundo da escola, fora dela e além do sistema solar e da via Láctea, tudo por Deus, pelo progresso, pela ordem. Neste mundo também de indisciplinas, anormais, perigosos, inconformados, revoltados. Sim, tinha de ser assim aqui e no socialismo, porque há sempre quem manda e obedece. Tinha o governo que mandava, a professora que governava, os bedéis que vigiavam, e todos governavam nossas condutas e nós as dos outros, uma vigilância preventiva, diziam, eficiente para que todos vivêssemos em paz, respeitássemos a autoridade superior, colaborássemos contra a guerra. Afinal, o Brasil era um país pacífico!

E entre nós também havia algumas crianças que ouviam o contrário. Mas todos tinham que ir para a escola, porque simplesmente éramos uns privilegiados, porque no Brasil, um país subdesenvolvido, não havia escola para todos, porque na cidade não havia escola para todos os filhos de migrantes pobres e na zona rural, quase nada de escola. Parecia que os filhos dos trabalhadores das cidades tinham o mesmo privilégio dos meninos e meninas ricos. Estávamos já nos desenvolvendo. Os filhos dos operários já iam mais regularmente para o ginásio, e alguns ouviram a notícia de que a Terra é azul, que testes nucleares eram realizados no Oceano Pacífico assim como ocorrera no deserto de Sonora no México antes dos americanos jogarem as bombas sobre as cidades japonesas.

Isso era desenvolvimento, mas também um perigo para todos. Afinal, quais seriam os efeitos dessa palavra macabra: radioatividade? Mas o câncer era tratado com radioterapia... Havia uma duplicidade nisso tudo. Falava-se muito das reservas de petróleo, das disputas pelo carvão e o aço, das siderurgias, e do Volkswagem, o fusca que seria humanizado pelos estúdios Disney, e que fora o automóvel saudado pelo Adolf Hitler como

carro de acesso popular a qualquer alemão. A gente sempre sabia umas coisas estranhas que não estavam na enciclopédia e muito menos na revista *Seleções*, no *Almanaque Fontoura* ou na escola. Sabia-se mais de criptonita que radioatividade, de um estilo de vida americano veiculado pelos gibis e pelas revistas femininas de romances fotografados. Às vezes sabíamos de sexo por meio de livros proibidos e os inesquecíveis “catecismos”. Às vezes, notávamos como nossos pais ficavam apreensivos com a edição extra do Repórter Esso, na TV Tupi, interrompendo a programação ou mesmo uma propaganda. Anunciava que algo temeroso acontecia no mundo e, por vezes, no país: greve, renúncia do presidente, problemas políticos, um incêndio em um edifício, alagamentos, enfim, o extraordinário que era o ordinário em nossas vidas poupadas pela escola. Não me recordo de uma interrupção destas em jogo de futebol, mas o futebol pela TV era aos domingos ou numa noite de semana, e os domingos e a noite diziam que eram horas de descanso em família, dos pecados, das transgressões.

Mesmo que a terra tremesse no Japão, onde era dia, só saberíamos na manhã do nosso dia seguinte nos jornais que estampavam política, tragédias provocadas por eventos da natureza, matanças em família, assaltos inéditos, notícias escandalosas sobre o terceiro sexo, tudo isso nas bancas de jornal e revistas como na canção cinematográfica de Caetano Veloso, que estamparia ironicamente tanta alegria-alegria. Tinha dia santo, feriados, natal e dia do trabalho como até hoje. E tinha revoluções, homem na lua, e os Beatles e os Rolling Stones, a MPB, o Cinema Novo nos festivais de cinema europeus, mas ainda tinha o Mazzaropi, a TV, o João Goulart como vice-presidente em viagem diplomática pela China comunista, a sua volta sob o parlamentarismo com Tancredo Neves, o herdeiro da caneta de Getúlio Vargas, as Ligas Camponesas, o operariado nas ruas, a presença da Revolução Cubana, a propagação do socialismo, os hippies, undergrounds, beats, palavras em português e inglês que misturavam ordem e contra-ordem. Estávamos mudando mesmo.

Um golpe de Estado no Brasil anunciou o que seria um corretivo (éramos indisciplinados a tal ponto?) para que a democracia se solidificasse e a ameaça comunista fosse banida do país, com a ajuda dos americanos. Diziam que não, mas nas casas de muitos de nós diziam que sim; uns para se posicionarem contra, outros agradecendo a Deus. Será que estes eram assuntos para um novo Tribunal de Nuremberg ou o Tribunal de Tóquio? Não, estes existiram para julgar crimes da II Guerra Mundial, mas se falava que havia nazistas na Argentina e no Paraguai, até mesmo aqui

no Brasil onde houvera os Integralistas. Aquela tal de ONU falava muito de desenvolvimento, de fome no mundo, mas não dizia nada de ditaduras. Não se metia onde mandavam americanos e soviéticos. Estava localizada em um belo conjunto arquitetônico, projetado por Oscar Niemeyer, fincado em Manhattan, em Nova Iorque, e lá dentro havia muita diplomacia e recomendações sobre isso e aquilo, crianças e seus direitos, mulheres idem, idem, idem e ibidem.

Mas os pretos não podiam se sentar em qualquer lugar nos ônibus dos EUA até que uma costureira preta se recusou a ceder o lugar para um branco. Essa era democracia americana em que todos deviam se espelhar? Para que serviam os direitos humanos da ONU se não houvesse mulheres como aquela Rosa Louise McCauley, conhecida como Rosa Parks, em 1955? Em 13 de maio de 1958, Jackie Robinson, um jogador preto de beisebol que em 1947 derrubara a proibição de pretos nos times profissionais e era engajado na luta contra a segregação racial, encaminhou uma carta ao presidente Dwight D. Eisenhower: “Assisti à Reunião de Cúpula dos Líderes Negros ontem, e ouvi o senhor falar que precisamos ter paciência. Tive vontade de me levantar e dizer: ‘Ah, não! De novo!’ Com todo o respeito, lembro-lhe que temos sido o povo mais paciente do mundo. Quando o senhor falou que devemos ter amor-próprio, perguntei a mim mesmo como haveríamos de ter amor-próprio e continuar sendo pacientes diante do tratamento que temos recebido ao longo dos anos. Dezessete milhões de negros não podem esperar que o coração dos homens mude” (Usher, 2014: 174). Muito à boca pequena corriam os boatos sobre a vida dura no socialismo soviético, bem autoritário, como os anarquistas renunciaram, e, gradativamente, levados ao público em 1956 por Nikita Kruschev sobre o governo de Stálin. Não se devia falar disso, que era ínfimo diante dos crimes capitalistas.

A década de 1950 fez explodir outra bomba nos anos 1960, quando as crianças filhas da geração pós-II Guerra Mundial já eram jovens insatisfeitos com democracias, consumismos, socialismos, ditaduras, quando de repente aconteceu 1968. Os jovens escancaravam àquele *mundo* que ele tinha acabado! Não estavam ali para mostrar os rumos para um novo mundo, apenas lançavam bombas nos costumes, nas ideias, no convencional, no conformismo, na padronização, na idiotice, no sexo timidamente desgovernado, na crença no Estado, no dia seguinte, no futuro melhor. A escola já não nos continha.

Ano da revolta! Ano de avanço dos reformadores também, ano dos limites à ameaça da guerra nuclear, ano da emergência da Teologia da

Libertação na igreja católica, com a opção preferencial pelos pobres, na América Latina, depois do Concílio Vaticano II (iniciado em 1961 e concluído em 1965) e da Conferência de Medellín (1968), ano anterior ao da chegada do homem à lua e do início da colonização do espaço sideral. 1968, ano também da Primeira Conferência de Direitos Humanos da ONU, em Terevã, sobre o indispensável para a paz e a justiça. 1968, ano dos jovens nas ruas, das ocupações de universidades e fábricas, e de ultimato aos negócios entre Estado, sindicatos e burocracia estatal, dos cartazes provocativos, instigantes que lembravam os dos anarquistas na Revolução Espanhola, das artes fora dos museus e do governo de elites, de cinema convulsivo, teatro despojado, em qualquer lugar, de jovens encontrando novas formas de viver e lutar nas selvas contra os regimes, de ditaduras recrudescendo com apoio de americanos e soviéticos, de uma revolução cultural na China com base em um único livro de seu líder e em processos macabros de delação e de torturas, de anúncio de um possível socialismo pela via eleitoral que se consolidou no Chile (Salvador Allende, eleito por uma diferença mínima pelo voto direto, acabou escolhido indiretamente pelo Congresso, seguindo-se a Constituição do Chile).

Empresários ladeados de cientistas e interessados se reuniram na Itália e fundaram o Clube de Roma para equacionar novas medidas para o desenvolvimento. Quem lê tanta notícia? Quem faz essas notícias? Esse mundo acabou. Ou, se preferirem, acabará duas décadas depois, em 1989, com a queda do muro de Berlim, edificado em 1961; entre 1985 e 1991, com o governo de Mikhail Gorbachev, encerrando o Estado soviético a partir da *glasnost* (liberdade política) e da *perestroika* (reestruturação econômica); com o Tratado de Maastricht, em 1992, que consagrou a União Europeia; com o fim da chamada Guerra Fria. Ano de 1989 marcado, também, pelo massacre na Praça da Paz Celestial, situada na capital da China, em Pequim, quando centenas de estudantes que protestavam nas ruas foram mortos pelo Estado.

A espécie passará a ser governada de outro modo. Os programas biopolíticos ajustáveis a qualquer regime deixarão de existir. O alvo principal dos governos passará a ser o planeta, visando-se recuperar sua vida degradada, e a ser conservado em benefício das futuras gerações. Configura-se desde o final da II Guerra Mundial a emergência da ecológica para a qual todos os regimes possíveis do Estado devem ceder à democracia que, por sua vez, passa também a ser uma prática social e cultural plástica. Em lugar do mundo, construção cara à tradição grega, começa a tomar seu

lugar o global como sinônimo de uma uniformidade econômica capitalista e política democrática alcançável para o planeta. E, se preferimos, planeta e global são apenas maneiras de sublinhar que a ecopolítica procurará dar conta não só do governo da espécie humana, mas dos viventes na Terra e projetados para o espaço sideral.